

REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO: um estudo sobre a efetividade do Programa para Redução do Abandono e Evasão no Ensino Médio em Minas Gerais

Daniela Soares dos Santos*

João Paulo Flaviano de Assis**

Catarine Palmieri Pitangui Tizziotti†

RESUMO

Neste trabalho foi proposta uma análise da efetividade do Programa Reinventando o Ensino Médio (REM) sob uma perspectiva de análise quantitativa dos indicadores de abandono e evasão. O REM foi um projeto criado pelo estado de Minas Gerais para atender à Portaria Ministerial nº 1.140 com o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e visava à valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. Os dados foram obtidos através de pesquisa documental, análise dos Censos Escolares e visitas de campo em uma amostra das escolas participantes do Programa. Os resultados obtidos apontam que o programa não foi efetivo em suas propostas em grande parte devido a problemas na implementação que foram negligenciados pelos gestores, apesar de um forte aparato de monitoramento e avaliação das ações propostas. Por todos os problemas apresentados o Programa foi interrompido

165

* Mestre em História pela UFMG (2007). Licenciada e Bacharel em História pela UFV (2004). Bacharel em Administração Pública pela UFU (2016). E-mail: santos.danielasoares@gmail.com

** Técnico em eletroeletrônica pelo SENAI (1998), Bacharel em Administração Pública pela UFU (2016). E-mail: assis.jpaulof@gmail.com

† Administradora (2005). Mestre (2009) e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, em regime de Dedicção Exclusiva, na Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) (2014) na área de Finanças. Integrante dos núcleos de pesquisa NePFin (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Finanças) e do NPExGPP (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gestão e Políticas Públicas). E-mail: catarinepitangui@ufu.br

no início de 2015, sem terminalidade aos alunos que o haviam iniciado. A orientação para solução dos problemas detectados é a discussão prévia dos projetos com os pares, sobretudo partes executoras. Além disso, é importante que se discutam projetos pertinentes a cada contexto, o que pode ser adaptado pelo uso correto das informações de monitoramento e avaliação.

Palavras-chave: *Políticas Públicas para Educação. Indicadores para Educação. Reinventando o Ensino Médio.*

REINVENTADO LA ENSEÑANZA MEDIA: un estudio sobre la efectividad del programa para la reducción del Abandono y Evasión en la Enseñanza Media en Minas Gerais

RESUMEN

166

En este trabajo fue propuesto un análisis sobre la efectividad del programa Reinventando la Enseñanza Media (REM) bajo la perspectiva del análisis cuantitativo de los indicadores de abandono y evasión. El REM fue un proyecto creado por el estado de Minas Gerais para atender la Orden Ministerial n° 1.140 con el Pacto Nacional por el Fortalecimiento de la Enseñanza Media y tenía por objetivo la valorización de la formación continua de los profesores y coordinadores pedagógicos que actúan en la enseñanza media pública, en las áreas rurales y urbanas. Los datos fueron obtenidos a través de investigación en documentos, análisis de los Censos Escolares y visitas de campo en una muestra de escuelas participantes del Programa. Los resultados obtenidos apuntan que el programa no fue efectivo en sus propuestas, gran parte debido a problemas en la implantación que fueron relegados por los gestores, a pesar de un fuerte aparato de seguimiento y evaluación de las acciones propuestas. Por todos los problemas presentados, el Programa fue interrumpido en el inicio del 2015, sin finalización de

los casos de los alumnos que lo habían iniciado. La orientación para la solución de los problemas detectados es la discusión previa de los proyectos con los participantes, sobretudo con las partes ejecutoras. Además es importante que se discutan proyectos pertinentes a cada contexto, lo que puede ser adaptado por el uso correcto de las informaciones del seguimiento y evaluación.

Palabras clave: *Políticas Públicas para Educación. Indicadores para Educación. Reinventando la Enseñanza Media.*

REINVENTING HIGH SCHOOL: a study on the effectiveness of High School Reduction of Evasion and Withdraw Program in the state of Minas Gerais

ABSTRACT

This paper analyses the effectiveness of the High School Reduction of Evasion and Withdraw Program in the perspective of a quantitative analysis of the evasion and withdraw indexes. That program was created by the state of Minas Gerais (Brazil) in order to abide to the Ministerial Ordinance number 1.140 created with the National Agreement to High School Strengthening and aimed to the enhancement of continued education for teachers and pedagogical supervisors that work at public high schools in rural and urban areas. The data were gathered from documental research and an analysis of the school census as well as field visits in a sample of the schools participants into the program. The results show that the program was not effective in its proposals due to problems in its implementation that were neglected by managers, although there have been a strong apparatus for tracking and evaluating the actions proposed. Because of all the appointed problems the program was interrupted in the beginning of 2015, so the students didn't have a closure. The guideline to the solution of those problems is an earlier discussion of

167

the project with peers mainly among the executors part. Moreover it is important to discuss projects related to each context in order to observe what can be adapted by the proper using of information monitoring and evaluation.

Keywords: *Public Policies for Education. Education Index. Reinventing High School.*

1 INTRODUÇÃO

A crise no Ensino Médio Brasileiro tem sido, há décadas, alvo de estudo de órgãos especializados, preocupação de educadores e plataforma política de candidatos. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), por exemplo, vem, desde 1937, desenvolvendo atividades de apoio à Educação no Brasil. Entre suas atribuições destacam-se o planejamento, orientação e coordenação de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no país, assim como também é seu papel subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015). Mas o fato é que pouca coisa mudou além das nomenclaturas ao longo da história desde o “ginásio”, “científico”, passando pelo “segundo grau” e chegando ao “ensino médio”.

Várias políticas educacionais a nível federal e estadual perpassaram a história dessa etapa de ensino, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é de oferta progressiva e responsabilidade dos entes estaduais. Zibas (2005) trata das políticas educacionais dos anos 1990 e seus desdobramentos atuais. Krawczyk (2011) faz algumas reflexões sobre os desafios do Ensino Médio no Brasil

atualmente. Estes são alguns exemplos, mas é crescente o número de artigos que tratam de antigos problemas, como significância, abandono e evasão.

Em 22 de novembro de 2013 foi regulamentado, pela Portaria Ministerial Nº 1.140, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, mediante o qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais e distrital de educação assumiriam o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.

A partir dessa proposta do MEC, que inclui maior oferta e matrícula, melhoria da qualidade do ensino, extensão de carga horária e capacitação dos profissionais envolvidos, cada estado poderia aderir integralmente à proposta ou criar seu próprio plano de atendimento, desde que atendidas as propostas elementares do projeto.

169

O estado de Minas Gerais aderiu à proposta após negociações e adaptações para que seu próprio projeto de ressignificação do ensino médio – o Reinventando o Ensino Médio (REM), em curso desde 2012 - fosse aceito como parte do Pacto Nacional, e apenas em janeiro de 2014 aderiu à proposta nacional.

Este estudo se propôs a uma avaliação do Projeto Reinventando o Ensino Médio (Governo de Minas) em face da proposta Ensino Médio Inovador (Governo Federal) para verificação de sua efetividade como proposta de ressignificação do ensino médio para redução das taxas de evasão e abandono, no primeiro ano desta fase de ensino, o final de um ciclo de estudo, que considerou o período de 2012 até 2014.

No intuito de verificar a efetividade do Programa REM no tocante à diminuição dos índices de abandono e evasão foram utilizados os indicadores sociais publicados pelo INEP (Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para análise do primeiro ano do ensino médio, ano no qual estes índices são maiores.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Uma análise da média geral dos resultados do ENEM nos últimos 5 anos indica um aumento linear e contínuo da média de pontuação obtida pelos candidatos, o que evidencia uma melhora na qualidade nesse nível de ensino no país. Entretanto, a proporção de escolas públicas participantes entre as que apresentam melhores resultados para este exame vem caindo nos últimos 5 anos (MEC). Diante deste cenário, a melhora na qualidade do ensino das escolas públicas de Ensino Médio é uma necessidade no Brasil, e tem sido pauta de políticas públicas nacionais e estaduais.

170

Diante desses fatos, este artigo discute a efetividade do Programa Reinventando o Ensino Médio (REM), projeto criado pelo estado de Minas Gerais, que visa à valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.

A análise realizada neste artigo toma como base dois dos indicadores oficiais de qualidade da educação básica: o abandono e a evasão escolar. Para isso, foram realizados levantamentos e análises documentais de dados disponíveis nos sites do INEP, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

O último documento PNUD (Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostra que, apesar de ter avançado nas últimas duas décadas, o Brasil ainda tem um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) menor que a média dos países da América Latina e Caribe. Segundo a pesquisa, o país está na 85ª posição do ranking, que leva em conta a expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda

per capita. Se se considerar a taxa de abandono escolar de 24,3%, o Brasil assume a terceira maior taxa entre os 100 países com maior IDH só ficando atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%).

Quando o assunto são as taxas de evasão, apenas Guatemala (35,2%) e Nicarágua (51,6%) têm taxas de evasão superiores ao Brasil na América Latina. Altos índices de evasão, diminuição do número de matrículas, baixa escolaridade média da população brasileira, formação escolar deficitária e a perspectiva de envelhecimento da população tornam a situação ainda mais preocupante.

É senso comum dizer que os alunos, sobretudo em regiões carentes, abandonam a escola para trabalhar, mas publicações recentes colocam em cheque esta premissa. Exemplo disso é uma pesquisa patrocinada pela Fundação Educar DPaschoal, movimento Todos Pela Educação, Instituto Unibanco e Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada com base nos suplementos de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNADs/IBGE de 2006 e 2007 e na Pesquisa Mensal do Emprego - PME/IBGE, utilizando as respostas diretas de pais e alunos sobre os motivos da evasão escolar.

A surpresa foi que os motivos normalmente apresentados para evasão e abandono foram contrariados. De acordo com a pesquisa, os dados mostram que o crescimento econômico tira o jovem da escola mais nas regiões ricas do país do que nas mais pobres, que não oferecem oportunidade de trabalho para os pais e seus filhos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que cerca de 1/5 da população entre 15 e 17 anos (idade escolar correspondente ao Ensino Médio) não está estudando, sendo que mais da metade dela também não está trabalhando:

Cerca de 5% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos que terminaram o Ensino Fundamental nunca ingressaram no Ensino Médio e, dentre eles, mais da metade não trabalhava. Já com relação aos jovens de 18 a 24 anos que terminaram o Ensino Fundamental e chegaram a ingressar no Ensino Médio, 15% nunca concluíram a 1ª série deste nível, ou seja, de cada 100 estudantes que ingressaram em 2007 no Ensino Médio, 15 não chegaram a completar o primeiro ano; cerca de 10% dos jovens de 18 a 24 anos que chegaram a ingressar no Ensino Médio e conseguiram completar a 1ª série deste nível não concluíram a 2ª série; e 13% dos jovens nesta mesma faixa etária que ingressaram no Ensino Médio e conseguiram completar a 2ª série não concluíram a 3ª série. (BARROS; MENDONÇA, 2009).

172

Nesse sentido, este estudo é importante para evidenciar que não basta criar indicadores e programas, mas também é essencial que se estude a fundo as comunidades, avalie, monitore e, sobretudo, se controle a implementação de programas e projetos, revendo e corrigindo distorções. Entender os reais motivos da não matrícula ou abandono/evasão é um primeiro passo para propor mudanças.

Para entender as possibilidades e limites do uso de indicadores na gestão pública é preciso revisar alguns conceitos, como o de monitoramento e dos próprios indicadores. Monitoramento é um processo regular de acúmulo de informações sobre determinado projeto ou sobre determinada política pública. Tais informações são obtidas por meio da observação e de registros sistemáticos pautados em propósitos bem definidos.

Atualmente, a atividade de monitoramento é tida como uma atividade essencial na gestão de políticas públicas, uma vez que fornece informações sobre a execução de um projeto e aponta possíveis medidas corretivas no gerenciamento das ações. (WAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUZA, 2006).

Além disso, o monitoramento contribui para a gestão do conhecimento acumulado durante a experiência de administração de um projeto. (PMBOK, 2004). Por fim, tal atividade atenua a assimetria informacional entre gestores e executores de políticas públicas. (PZREWORSKI, 2006).

Em linhas gerais, o processo de monitoramento deve responder às seguintes perguntas: (I) "o programa, em alguma medida, está sendo implementado satisfatoriamente?"; (II) "existem variações na implementação do projeto em função de algumas especificidades não premeditadas durante o planejamento inicial?"; (III) "o projeto, em alguma medida, está beneficiando o público-alvo da intervenção?"; e (IV) "a que custo o público alvo está sendo beneficiado?" (ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2007).

Em termos sintéticos, a principal contribuição de uma atividade de monitoramento é gerar os seguintes subsídios: (I) informar se a intervenção foi bem desenhada; (II) se o projeto é sustentável ao longo do tempo; e (III) quais são as medidas necessárias que os gestores devem executar, a fim de que a intervenção alcance os objetivos planejados e os recursos sejam utilizados efetivamente. (ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2007).

Atualmente, a atividade de monitoramento de políticas públicas também é vista como um instrumento de empoderamento e controle social. É empoderamento, na medida em que as ações previstas podem ser revistas e reformatadas por meio da incorporação de aspectos não premeditados durante o planejamento. Também é empoderamento porque o gerenciamento dessas alterações reconhece a legitimidade dos aspectos locais na qual uma intervenção ocorre.

O monitoramento das políticas públicas é também forma de controle social, pois, pela divulgação das informações de uma atividade de monitoramento, é possível municiar e instruir os diferentes agentes envolvidos como uma determinada política pública e, assim, garantir ganhos de responsabilização para prestação de contas. (ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2007).

A atividade de monitoramento se dá, normalmente, de forma conjunta com a avaliação de políticas públicas. Isso porque essas duas atividades são complementares. A relação dessas duas tarefas está sintetizada a seguir:

Monitoramento e avaliação são estratégias e momentos complementares: para se realizar, a avaliação necessita de boa informação gerada pelo monitoramento. Por outro lado, o monitoramento sem avaliação é algo incompleto, não permite saber muita coisa sobre a relevância ou a pertinência do projeto para o alcance dos objetivos. (MOKATE, 2000, p. 88/apud CAMARGOS; ANJOS, 2009, p.03).

Conforme Karen Mokate ressalta, é necessário utilizar o monitoramento e a avaliação como uma ferramenta útil na gestão de políticas sociais. Nas palavras da própria autora, é necessário “Converter o ‘monstro’ em ‘aliado’”, ou seja, é preciso superar o entendimento de que o monitoramento e a avaliação sejam instrumentos de castigo e punição e, assim, garantir uma compreensão efetiva das informações obtidas.

Para serem monitoradas e avaliadas, as políticas públicas devem ser orientadas por objetivos e metas, que, por sua vez, devem ser traduzidos em indicadores. (FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, 2006). Os indicadores são uma medida quantitativa dotada de significado social. (JANNUZZI, 2005). Trata-

se de um expediente utilizado para substituir, de algum modo, algum conceito social abstrato, podendo ser traduzido como um recurso metodológico capaz de expressar algum tipo de informação sobre uma realidade social qualquer.

De acordo com Jannuzzi (2005), um indicador deve possuir os seguintes atributos: relevância, validade, confiabilidade, grau de cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade. O uso de indicadores sociais na construção/concepção de políticas públicas propicia diagnósticos consistentes com a realidade que sofrerá intervenção, subsidiando as ações, correções de distorções e inserção destes na agenda e orçamento governamental.

Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos. Os primeiros referem-se:

[...] às ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis ou pesquisas de campo". Já os segundos são "as medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas, com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão. (FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, 2006).

Os indicadores ainda podem ser classificados como insumo, processo e resultado. Indicadores de insumo correspondem ao conjunto de recursos necessários para a implementação de um projeto. Indicadores de resultado procuram expressar o impacto de uma determinada intervenção em uma realidade social. Em outras palavras, esses indicadores revelam os efeitos de uma política pública. Indicadores de processo são as medidas que expressam o esforço de alocação e organização dos recursos necessários para a

realização de uma intervenção. (FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, 2006).

Por fim, os indicadores podem ser classificados como: indicadores simples ou compostos; indicadores com classificação temática, indicadores para avaliação da eficiência, eficácia e efetividade e indicadores utilizados no ciclo de avaliação e formulação de programas. (FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, 2006).

Januzzi (2009) afirma que, no Brasil, o uso dos indicadores sociais deu-se, sobretudo, a partir da Constituição de 1988; com a descentralização administrativa e tributária para os municípios, que passaram a fazer uso de informações sociais e demográficas para fins de planejamento a nível local ou regional. Os indicadores passaram então a subsidiar a elaboração de planos diretores, planos plurianuais e disponibilização de serviços públicos:

[...] medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social. [...] Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil [...]. (JANUZZI, 2009, p. 23).

Kaiano e Caldas (2002) caracterizam os indicadores como

[...] a descrição por meio de números de um determinado aspecto da realidade, ou números que apresentam uma relação entre vários aspectos. [...] instrumentos importantes para controle, gestão e verificação e medição de eficiência e eficácia não apenas na administração privada, mas também e principalmente na administração pública, por permitirem comparar

situações entre localidades (espaços territoriais) ou entre períodos diferentes de um mesmo município. (KAIANO; CALDAS, 2002, p. 3).

Os autores caracterizam ainda que o uso dos indicadores e o aprimoramento da metodologia para seu uso tem se destacado por três motivos principais: exigência de agências financiadoras, necessidade de legitimação das políticas e/ou denúncias e necessidade de democratização da informação.

De acordo com as orientações do Ministério do Planejamento, os indicadores sociais, cada vez mais, têm sido utilizados no intuito não só de avaliar o desempenho de políticas públicas, mas também para legitimar estas ações, e acima de tudo permitem a disponibilização de informações para elaboração de diagnósticos e elaboração de políticas e programas sociais.

Em estudo realizado para a Casa Civil de São Paulo, Aguiar *et al.* (2006) corroboram com as definições e importância do uso dos indicadores sociais na elaboração e gestão de políticas públicas já apresentados e complementam que "O acompanhamento de programas e projetos requer a estruturação de um sistema de indicadores que, além de específicos, sensíveis e periódicos, permitam monitorar sua implementação na lógica do ciclo de formulação, execução e avaliação". (AGUIAR *et al.*, 2006, p. 15).

Importante ressaltar esta observação dos autores: para cada tipo de estudo, situação desejada e entorno social é preciso o uso de indicadores específicos e de tipo adequado, sejam qualitativos, quantitativos, simples, compostos, de insumo, de processo, entre outros. Partindo destas premissas quanto à importância do uso dos indicadores no estabelecimento, monitoramento e avaliação das políticas públicas foi estabelecido o percurso metodológico de análise da efetividade do REM para combater o abandono e evasão no ensino

médio em Minas Gerais, conforme apontados nos indicadores para melhoria do ensino no Estado.

O Estado Brasileiro opera e administra suas instituições por meio dos poderes federal, estadual e municipal. Com a globalização, o maior acesso às informações e a politização dos cidadãos é crescente também a preocupação com a prestação de contas por parte dos órgãos públicos. Com vistas a atender aos anseios de prestação de contas e transparência, cada vez mais a administração pública lança mão do uso dos indicadores sociais como parâmetro para políticas públicas, seja em sua implementação, seja o monitoramento das ações.

Nesse sentido, Januzzi (2002) chama atenção para os usos, maus usos e abusos acerca dos indicadores. Para o autor, muitas vezes, o mau uso dos indicadores pode justificar situações desejadas apenas por uma parcela da população ou por uma “bancada” do governo. Por isso é tão importante que a população civil também tenha conhecimento dos indicadores, os compreenda e possa ajudar a fiscalizar a transparência dos processos.

É inegável a importância do conhecimento acerca do significado, limites e potencialidades dos indicadores sociais para os agentes públicos e instituições ligados à definição de prioridades e estabelecimento de políticas e alocação de recursos para projetos e programas sociais. As possibilidades de seu uso são variadas, podendo enriquecer a interpretação acerca da realidade social, orientar ações e análises, além de contribuir para o dimensionamento de carências e áreas com necessidade de intervenção.

De acordo com Luna e Klein (2009), embora os indicadores sociais brasileiros apresentem visível melhora nas últimas décadas em comparação com outros países, sobretudo nos quesitos desigualdade

de renda e escolaridade, o país ainda deixa muito a desejar. Os autores defendem que a abertura do sistema de ensino a partir da década de 1970 trouxe resultados paradoxais, visto que a expansão não foi seguida pela oferta de ensino de qualidade, ocasionando uma desigualdade ainda maior.

Em vista da importância do uso de indicadores para formulação e acompanhamento de políticas públicas, neste estudo se propõe a investigação da efetividade da proposta de ressignificação do Ensino Médio mineiro pelo Projeto Reinventando o Ensino Médio – implantado em 2012 – através da diminuição dos índices de abandono e evasão, considerando que a efetividade na administração está ligada à condição de ser capaz de atingir as metas propostas.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996,

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

179

Deve-se considerar, entretanto, que ainda mais importante que garantir a matrícula e a oferta é garantir a permanência do estudante na escola, com elevada qualidade de ensino que proporcione seu

desenvolvimento como cidadão, independentemente de se optar ou não pela inserção imediata no mercado de trabalho, prosseguimento dos estudos, estudo técnico ou qualquer outro destino. Conforme afirma Mozart Neves Ramos, presidente do Todos pela Educação (*apud* SANTOS, 2012): “no Brasil há cerca de dois milhões de jovens, com idade entre 15 e 17 anos, que estão fora da escola. Não basta colocar o jovem na escola. É preciso criar condições para que ele aprenda.” (SANTOS, 2012, p. 5).

Segundo dados do Censo Escolar 2013, divulgado pelo Ministério da Educação em fevereiro de 2014, o Ensino Médio continua sendo o ponto de atenção para os brasileiros: “[...] entre 2012 e 2013, as matrículas caíram 0,6%, de 8,37 milhões para 8,31 milhões”. (BRASIL, 2014). Além disso, em uma perspectiva comparativa, é possível notar que o total de alunos matriculados nessa modalidade da educação básica não cresce desde 2007.

180

O Censo da Educação Básica é realizado anualmente em todas as modalidades de ensino do país, numa parceria entre secretarias municipais e estaduais juntamente com o MEC, e a partir dele é possível obter informações sobre todas as unidades escolares públicas, seus alunos e professores. Este instrumento foi utilizado nesse estudo como referência para avaliação da variação dos indicadores de evasão e abandono no Ensino Médio nas escolas que participaram do primeiro ano do primeiro ciclo do Projeto Reinventando o Ensino Médio de Minas Gerais.

De acordo com Queiroz (s.d.), devido aos índices apresentados, cada vez mais os estudos sobre evasão e abandono vêm ganhado espaço:

[...] inúmeras medidas governamentais têm sido tomadas para erradicar a evasão escolar, tendo como exemplos, [...] a criação do programa bolsa-escola, a implantação do Plano Desenvolvimento Escolar (PDE), dentre outros, mas que não têm

sido suficientes para garantir a permanência da criança e a sua promoção na escola. (QUEIROZ, s.d., p.2).

Em complementação a esta ideia, cita-se Tenório, Schmitz e Almeida (2012), que ressaltam que não basta ter acesso aos dados: “é necessário que o ciclo seja fechado: avaliar e tomar decisão”. (TENÓRIO; SCHMITZ; ALMEIDA, 2012, p. 3). Como já mencionado, os indicadores não são um fim em si, mas devem ser instrumentos para tomada de decisões pelos gestores. Nesse sentido é cada vez mais frequente o uso de indicadores para elaboração de planos de trabalho e diagnósticos participativos pelas secretarias de educação brasileiras, conforme se pode notar na proposta de São Paulo, por exemplo, que criou uma coleção de manuais para auxiliar as escolas a elaborarem seus planos e se autoavaliarem periodicamente.

Segundo os organizadores, a proposta é que se faça uso dos indicadores não só nas propostas, mas também na avaliação e acompanhamento das ações educacionais:

O uso dos indicadores na elaboração do diagnóstico participativo e de propostas para o Plano busca não somente levar as instituições educativas a fornecerem informações e propostas sobre si para as Secretarias de Educação e Comissões/Fóruns Organizadores do Plano de Educação, mas também provocá-las a refletirem e a proporem caminhos para a melhoria da gestão educacional do município e/ou estado. (SÃO PAULO, 2013, p. 11).

Propostas como essa ganharam força, sobretudo a partir da proposta do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio do Ministério da Educação, que prevê a valorização dos professores e coordenadores pedagógicos através da formação continuada com vistas à ressignificação desta modalidade de ensino, prevendo ainda alteração da carga horária e de seu funcionamento.

O estado de Minas Gerais propôs, como revisão do currículo e capacitação docente, o projeto Reinventando o Ensino Médio, iniciado em fase piloto no ano de 2011, em 11 escolas de Belo Horizonte. O projeto tinha por objetivo reduzir os índices de abandono e evasão, sendo três seus princípios fundamentais: ressignificação/ identidade do Ensino Médio, empregabilidade e qualificação acadêmica. Ao longo dos três anos que compõem o ensino médio, a carga horária passou das anteriores 2,5 mil horas/aula para 3,0 mil horas/aula, atendendo à proposta, supracitada, do MEC.

O Projeto Reinventando o Ensino Médio foi desenvolvido à luz dos grandes desafios postos à educação na contemporaneidade. Isso porque se trata de uma ação pública informada pela crescente demanda por escolaridade no Brasil, pela busca de novas formações para os estudantes, pela necessidade de currículos dotados de maior flexibilidade, pelos novos papéis necessários aos professores para lidarem com o novo perfil do alunado e pelo uso de tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. (MINAS GERAIS, 2012).

182

Segundo a proposta da Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG), o próprio nome Reinventando o Ensino Médio, no gerúndio, era intencional e procurava evidenciar que se tratava de uma política em permanente construção e aberta ao diálogo. Além disso, o projeto, que teve início em 2012 em 11 escolas, seria progressivamente estendido a todo o ensino médio mineiro, de forma gradual prevista para o quadriênio de 2012 a 2015 – ano em que, provavelmente, o projeto estaria universalizado para todas as escolas de Minas. (MINAS GERAIS, 2012; MINAS GERAIS, 2012-2015).

Os princípios orientadores do projeto: (I) significação/identidade, (II) empregabilidade e (III) qualificação acadêmica. Significação/ identidade quer dizer um esforço de evidenciar para os estudantes do ensino médio que os recursos simbólicos oferecidos contribuem

para a inserção no mundo e também para a compreensão dos processos sociais. Tratava-se de um princípio que buscava: (a) garantir o contato com o acervo dos diferentes campos de saberes que compõem o ensino médio, (b) viabilizar que esses saberes se tornassem elementos para o enfreteamento do mundo da vida e do trabalho e, como corolário da proposição anterior, (c) demonstrar para o educando que tal patrimônio de conhecimentos representa um conjunto inestimável para a constituição da cidadania. (MINAS GERAIS, 2012).

O projeto foi implementado de forma gradativa, tendo sua integralização prevista para dezembro de 2016. Esta proposta de estudo previu a verificação da eficiência do projeto em reduzir os índices de abandono e evasão no ensino médio em consonância com seus princípios e da LDB 9496, já citada, considerando o primeiro ano do primeiro ciclo do projeto (primeiros anos das três fases piloto do projeto: 2012 a 2014, sendo chamadas “piloto – fase 1”, “piloto – fase 2” e “universalização”).

183

Os critérios utilizados para o estabelecimento das escolas piloto em cada uma das fases dos projeto: na fase de piloto 1 (11 escolas) todas as unidades escolares pertenciam à Regional Norte, Superintendência Regional de Ensino (SRE) Metropolitana C, com a justificativa de que a localização das escolas:

[...] apresenta características que a otimizam enquanto laboratório do projeto: altos índices de vulnerabilidade e desigualdade social, diversidade cultural pronunciada, presença de comunidades Quilombolas e Ciganas, bem como uma ocupação territorial desordenada e uma acentuada tendência de crescimento populacional através da expansão do Vetor Norte em Belo Horizonte. A escolha da área de atuação do piloto foi ditada, como se pode ver, por fatores como relevância pública,

viabilidade de funcionamento e oportunidade de replicabilidade. (MINAS GERAIS, 2013, p. 18).

A estratégia apontada como motivo de seleção das escolas piloto, no entanto, mostrou-se pouco eficaz em termos de replicabilidade, uma vez que não possibilitou a detecção de problemas como o transporte escolar como um todo e rural, em específico, além da conectividade e estrutura física, elétrica, etc. Para a fase 2 do Projeto Piloto, 122 escolas distribuídas nas 47 SREs, sendo uma escola na sede e outra em uma cidade fora da sede (mas até 100km desta), no intuito de melhor acompanhamento e direcionamento das ações do Programa.

Para a avaliação proposta neste estudo foram utilizadas como referência as definições do INEP (*apud* SANTOS, 2014) para abandono e evasão, entendendo-se por abandono o aluno matriculado que, no decorrer do ano, deixa de frequentar a escola por algum motivo; já o aluno evadido é aquele que, independentemente de sua situação escolar não realiza matrícula para o ano subsequente.

184

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho trata de uma pesquisa exploratória, predominantemente descritiva. O universo da pesquisa é o Projeto Reinventando o Ensino Médio em Minas Gerais, mais especificamente os primeiros anos de cada fase do projeto entre 2012 e 2014. O procedimento técnico utilizado foi o levantamento de dados, conforme apontado por Gil (2008).

Para verificação da efetividade da proposta de diminuição do abandono e evasão escolar por meio da ressignificação do Ensino Médio mineiro pelo Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM), foi realizada uma análise quantitativa das taxas de matrícula do ano inicial do primeiro ciclo do projeto e do segundo ano subsequente ao ano analisado.

As visitas de campo proporcionaram percepção de experiências realmente válidas, mas também foi possível perceber que, para a diversidade de Minas Gerais (853 municípios), há limitações que não foram adequadamente consideradas, embora apontadas em vários relatórios, a exemplo das deficiências no transporte escolar e a falta de conectividade, conforme figura abaixo:

Figura 1 - Laboratório da E.E. Presidente João Pinheiro



Fonte: SRE de Juiz de Fora, junho de 2013.

As 20 novas máquinas não foram instaladas porque o prédio estava com várias infiltrações e não era seguro. Por se tratar de escola que funciona em prédio alugado, as modificações necessárias não foram autorizadas. A figura acima é um exemplo das disparidades de estrutura que se configuraram em alguns dos empecilhos para o sucesso do Programa e da consecução de seus objetivos. Embora vários relatórios apontassem que algumas regiões não dispunham de conectividade adequada para o bom funcionamento dos computadores, as escolas receberam as máquinas que ficaram “guardadas” porque não havia estrutura física, conectividade ou mesmo professores qualificados.

Nesse sentido, um problema detectado neste estudo diz respeito à forma como os indicadores são usados pela gestão do projeto. Segundo Tenório, Schmitz e Almeida (2012), os indicadores devem ser utilizados não apenas na elaboração de propostas, mas no seu acompanhamento e na correção de possíveis distorções durante o processo de execução através do monitoramento.

Para o monitoramento e avaliação do REM foi utilizada a estrutura do Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo de Minas Gerais, que foi a campo, realizou entrevistas, gerou relatórios para subsidiar as ações de gestão. Como foi colocado na introdução de todos os boletins publicados:

O Boletim Reinventando o Ensino Médio é o principal instrumento para registro das informações colhidas nas ações de monitoramento do projeto Reinventando o Ensino Médio. O grande objetivo deste Boletim é sistematizar dados sobre o processo de implementação da política em tela, com vistas a tornar possível uma intervenção mais qualificada do poder público mineiro nas 11 escolas contempladas, no sentido de contribuir com o sucesso desta importante política pública, uma das prioridades do Governo de Minas na área da educação. (MINAS GERAIS, 2012-2013).

186

Embora o Boletim seja apresentado como um instrumento essencial na gestão do Programa, sua distribuição impressa foi suspensa, assim como posteriormente as edições virtuais. Além disso, para a o segundo semestre da fase 2 do Piloto e para a Universalização, os Boletins não foram externados, ficando seus resultados acessíveis apenas para as instâncias gestoras do Programa, excetuando do processo as partes executoras.

De acordo com o PMBOK (2004), o monitoramento contribui para a gestão do conhecimento acumulado durante a experiência de administração de um projeto, além de constituir em ferramenta para

atenuar a assimetria informacional entre gestores e executores. Porém é exatamente o oposto o que se verifica neste projeto que é tornado Programa, apesar de todos os indicadores contrários.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através do Escritório de Prioridades Estratégicas, utilizou-se de indicadores para elaborar e justificar a proposta do REM. Para as escolas do projeto Piloto fase 1 (ano 2012), foram divulgados relatórios semestrais sobre matrículas, rendimentos, satisfação de professores e alunos com cada uma das propostas do projeto. Os relatórios eram ricamente ilustrados e de domínio público, podendo ser consultados livremente pelos cidadãos envolvidos ou não no Programa. Esse acompanhamento permitia uma aproximação entre gestores e executores, e contava também com reuniões para discussão dos resultados e reorientação para a prática. Todos os resultados eram apresentados e discutidos a nível central com os gestores do Programa, permitindo readequações e redirecionamentos.

187

Para as demais etapas até a universalização do projeto em 2014 os relatórios deixaram de ser publicados e passaram a ser instrumentos apenas para a gestão do projeto. Por tudo que foi estudado, entende-se que esta medida trouxe muitos prejuízos tanto para os gestores quanto para os executores.

Os executores deixaram de ter a noção do todo do projeto e da troca entre seus pares (a reestruturação permitida a partir dos indicadores) e os gestores, apesar de detentores das informações que poderiam ser utilizadas para reordenação ou adequação de distorções não previstas (como os problemas referentes a transporte escolar, acesso à internet, segurança, estrutura física das escolas, amplamente

divulgados na mídia), não souberam utilizar adequadamente todas as possibilidades da ferramenta de gestão indicadores sociais.

A universalização do projeto, por ser gradativa, estava prevista para ser concluída em 2016 em todas as escolas de Ensino Médio de Minas Gerais. No entanto, no tocante à análise de abandono/ evasão prevista para as escolas da primeira fase do projeto, o ciclo (objeto deste estudo) encerrou-se em dezembro de 2014, tendo sido divulgado no Censo Escolar de 2015.

O formato de divulgação do Censo constitui-se em outra limitação deste estudo: os dados são divulgados para o ensino médio como um todo, sem distribuição por ano de ensino. O acesso aos microdados é possível após um breve cadastro, no entanto o programa no qual são divulgados não permite a leitura em programas convencionais, impossibilitando o real acesso aos dados, que só é possível após tratamento por *sites* especializados. Isso impossibilitou o acesso aos dados do primeiro ano do ensino médio do ano de 2014 – fase de universalização do Programa, uma vez que o número só foi divulgado em termos de Ensino Médio como um todo, abarcando os três anos.

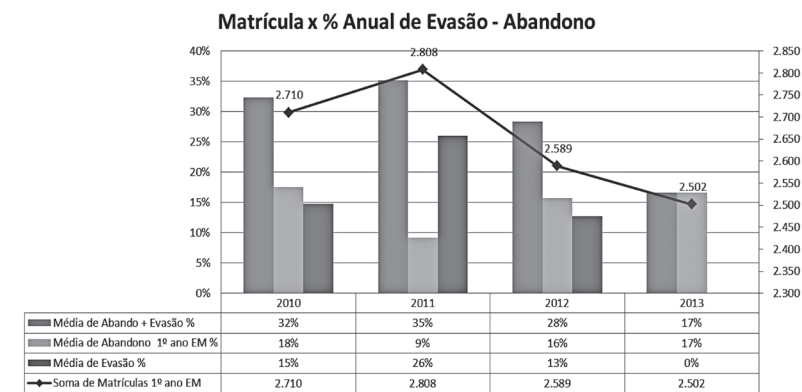
188

Apesar destas limitações, os dados permitem identificar uma diminuição do abandono e evasão no primeiro ano do ensino médio em Minas Gerais. No entanto, se se considerar os anos imediatamente anteriores ao Programa REM, percebe-se que os índices não são menores que em 2010, revelando que a expansão para as escolas do piloto – fase 2 (122 escolas de 47 Regionais espalhadas por todo o estado), ocorrida no ano de 2013, totalizando 133 escolas, ocasionou queda na qualidade de oferta do Programa.

Considerando-se os dados do Censo Escolar 2010 é possível perceber que há realmente uma diminuição do número de alunos que evadem, levando em conta as escolas do chamado “Piloto” fase 1 (11 escolas

da SRE da Metropolitana C, todas localizadas em Belo Horizonte e com perfil de alunos, estrutura e número de atendidos parecido).

Figura 2 - Censos Escolares dos anos de 2010 a 2013, referentes às 11 escolas da fase 1 “Piloto” do Programa



Fonte: Produzido pelos autores.

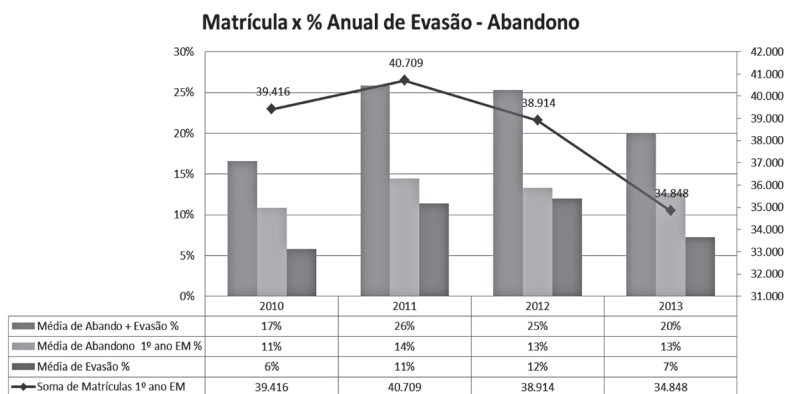
Os dados acima apresentados foram compostos da seguinte forma:

- soma de matrículas do 1º ano do Ensino Médio: somatório do número bruto de matrículas em cada uma das 11 escolas do chamado “Piloto” do Programa para os anos de 2010 a 2013, fornecido pelo Censo Escolar – INEP, dividido pelo total de escolas desta fase;
- média de Abandono: somatório do número bruto de abandono em cada uma das 11 escolas do chamado “Piloto” do Programa para os anos de 2010 a 2013, fornecido pelo Censo Escolar – INEP, dividido pelo total de escolas desta fase;
- média de Evasão: diferença entre a matrícula do primeiro ano e a quantidade de alunos que abandonaram em relação às matrículas do segundo ano no ano subsequente em cada uma das 11 escolas do chamado “Piloto” do Programa para os anos de 2010 a 2013,

fornecido pelo Censo Escolar – INEP, dividido pelo total de escolas desta fase;

- média de abandono e evasão: soma dos números absolutos de abandono e evasão em relação às matrículas.

Figura 3 - Censos Escolares dos anos de 2010 a 2013 – referente às 122 escolas da fase 2 “Piloto” do Programa



Fonte: Produzido pelos autores.

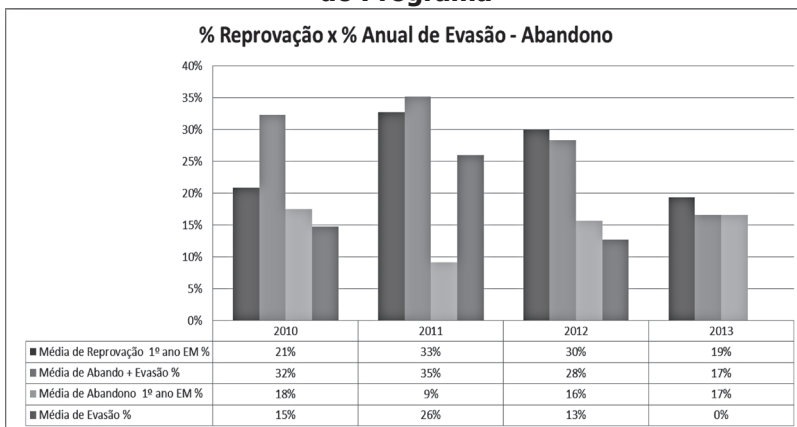
190

Comparando os dois gráficos é claramente visível que, apesar de todos os relatos sobre o projeto não terem sido replicados com a mesma qualidade para as escolas do piloto, seja em termos de estrutura e recursos financeiros e humanos, seja em termos de adequado uso das ferramentas de gestão (sobretudo quanto ao correto uso da estrutura de monitoramento e avaliação), o abandono e evasão das escolas do “Piloto 1” em relação ao “Piloto 2” diminuiu em 15 pontos percentuais.

Importante notar ainda que há uma vertiginosa queda no número de matrículas nos anos analisados, tanto se comparamos as escolas do “Piloto” entre si quanto estas em relação ao “Pilotinho”.

O gráfico abaixo mostra as taxas de reprovação em relação às taxas de abandono e evasão, tanto em conjunto quanto individualmente:

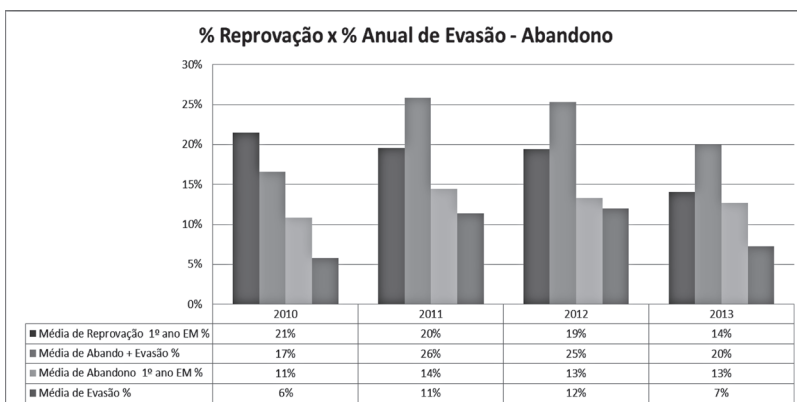
Figura 4 - Aprovação x evasão – abandono, fase 1 Piloto do Programa



Fonte: Produzido pelos autores com base nos Censos Escolares dos anos de 2010 a 2013, referente às 11 escolas da fase 1 Piloto do Programa.

191

Figura 5 - Aprovação x anual de evasão e abandono, fase 2 Piloto do Programa

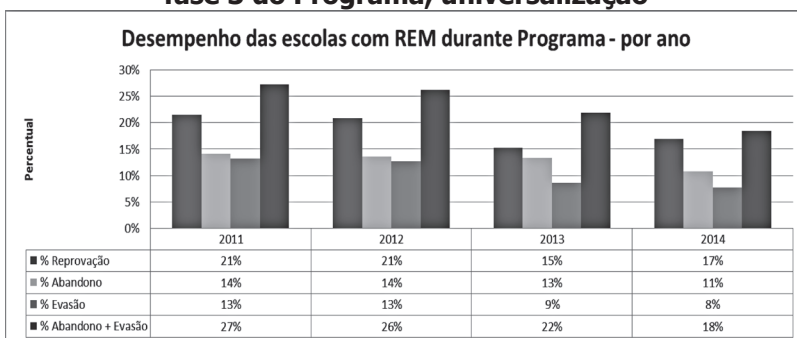


Fonte: Produzido pelos autores com base nos Censos Escolares dos anos de 2010 a 2013 – referente às 122 escolas da fase 2 Piloto do Programa.

Analisando os gráficos é possível perceber que a média de reprovação é proporcional à de matrícula e diminui proporcionalmente a esta. Além disso, assume valores muito próximos às do abandono e evasão, podendo ser um dos fatores motivadores destes.

Quando se analisa os dados das escolas REM na fase de universalização, os resultados deixam claro que não era o momento de expansão: os índices caem tanto nas escolas REM em relação a seu universo como destas em relação ao todo, conforme se pode verificar:

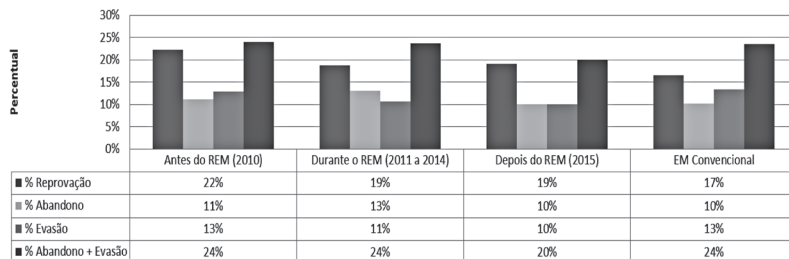
Figura 6 – Desempenho das escolas durante o programa, fase 3 do Programa, universalização



Fonte: Produzido pelos autores com base nos Censos Escolares dos anos de 2010 a 2014.

Figura 7 – Desempenho das escolas antes e depois do Programa em relação às escolas com ensino médio convencional

Desempenho das escolas com REM antes e depois do Programa x escolas com EM convencional



Fonte: Produzido pelos autores com base nos Censos Escolares dos anos de 2010 a 2014 –nos anos imediatamente antes e após o Programa.

Pode-se notar que mesmo havendo destaque e suposto crescimento nas matrículas e permanências durante o Programa, quando é feito um comparativo do ano imediatamente anterior e posterior a este nas escolas com e sem sua aplicação, os resultados são muito parecidos.

193

Mais uma vez, o índice que mais se destaca é o de reprovação, que quase se equipara à soma de evasão e abandono nos mesmos períodos. Este tema extrapola os limites deste estudo, mas é um ponto de partida importante para estudos futuros sobre as causas do abandono e evasão no ensino médio. Os altos índices de reprovação certamente contribuem para a desmotivação dos alunos em relação ao prosseguimento dos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica, análise empírica e visitas a campo abarcadas neste estudo para a verificação da efetividade do Programa Reinventando o Ensino Médio, criado para diminuir os índices de abandono e evasão no primeiro ano do ensino médio no estado de

Minas Gerais, permitiram a identificação de uma série de desafios à realização concreta deste objetivo.

Durante o período de vigência do Programa houve uma diminuição dos índices de abandono e evasão no ensino médio das escolas envolvidas, o que leva a crer que o REM foi efetivo em sua proposta de diminuir estes índices quando verificadas as escolas da fase piloto 1 e 2. Isso não se verifica para a fase 3, universalização, indicando que ainda não havia estrutura suficiente para expansão do Programa para todo o estado sem prévia correção das distorções indicadas nos relatórios de monitoramento.

No tocante ao uso dos indicadores para a implementação de políticas públicas, pode-se dizer que houve uma ingerência por parte da equipe gestora: a eliminação das partes executoras na elaboração de diretrizes, a distância crescente entre teoria e prática, a falta de recursos técnicos (internet, laboratórios, transporte escolar), físicos (estrutura física, cabeamento, mobiliário) e humanos (adequada e tempestiva capacitação para professores, sentimento de pertencimento e credibilidade do projeto) são algumas lacunas apontadas no monitoramento e que não foram redirecionadas e adequadamente tratadas.

O Programa foi universalizado sem que questões pendentes fossem sanadas, ampliando problemas pontuais que se espalharam por todo o estado, sobretudo no tocante ao atendimento do transporte escolar às escolas lotadas em zona rural. Vários dados apontados nos relatórios como inconsistentes foram negligenciados e por fim os próprios relatórios deixaram de ser publicados.

Como aponta a bibliografia, o indicador é apenas a quantificação de um dado. O correto uso do dado é que pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso de um empreito, entre a permanência e o

abandono da sala de aula. E neste caso, quando o processo tornou-se insustentável, optou-se pela extinção do Programa, afetando milhares de jovens mineiros, professores, famílias, comunidades inteiras.

Em 22 de janeiro de 2015, a Secretária de Estado de Educação, assinou a Resolução SEE 2.742/2015 que colocou fim ao Programa, com manutenção das 2.500 horas, conforme proposta do MEC, mas com extinção do currículo do REM, sem direito à terminalidade para os alunos envolvidos, nem para suas comunidades escolares – mesmo naquelas em que o Programa efetivamente vinha apresentando resultados satisfatórios.

Se se retomar às orientações da ASBRAER/SAF-MDA (2007) ficarão ainda mais claras as falhas que levaram ao término do Programa: embora o monitoramento funcionasse no sentido de responder às perguntas “ (I) “o programa, em alguma medida, está sendo implementado satisfatoriamente?”; (II) “existem variações na implementação do projeto em função de algumas especificidades não premeditadas durante o planejamento inicial?”; (III) “o projeto, em alguma medida, está beneficiando o público-alvo da intervenção?”; e (IV) “a que custo o público alvo está sendo beneficiado?” Essas questões foram negligenciadas pela equipe gestora que optou por suprimir a emissão de relatórios para a comunidade em geral e a busca por solução para os problemas apontados.

Considera-se que a orientação para solução dos problemas detectados é a discussão prévia dos projetos com os pares, sobretudo as partes executoras, com vistas a que a teoria seja aplicável à realidade. Além disso, é importante que se discutam projetos pertinentes a cada contexto, o que pode ser adaptado pelo correto mapeamento, monitoramento e avaliação das ações propostas.

Espera-se que os resultados e as considerações apresentados contribuam para o entendimento acerca do uso dos indicadores para monitoramento e avaliação de políticas públicas, sobretudo no intuito de evitar desperdício de recursos financeiros e humanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ASBRAER/SAF-MDA. **Projeto Indicadores de Avaliação de Resultados de Ater**. Belo Horizonte: Instituto Cultiva, 2007. Disponível em: http://www.imesc.ma.gov.br/docs/Regionalizacao/OficinaNivelamento/5_Maranhao%20apresentacao%20Indicadores%20de%20Monitoramento.pdf. Acesso em: 09 nov. 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Abandono e evasão no Ensino Médio no Brasil: magnitude e tendências. Instituto Unibanco. In: SEMINÁRIO INSTITUTO UNIBANCO 4 E 5 DE DEZEMBRO, 2008, SÃO PAULO. **A Crise de Audiência no Ensino Médio**. 2.ed. 2008. São Paulo: Instituto Unibanco, 2009. (Coletânea de Artigos).

BASTOS, Ana Rita. A fotografia como retrato da sociedade. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXVIII, p. 127 – 143, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v28/v28a07.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP*. **Portal do INEP**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/censo-escolar>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. Brasília: MP, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20189&Itemid=811 . Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados do Censo Escolar 2013**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/29690/mec-divulga-dados-do-censo-escolar-2013/>. Acesso em: 31 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados do Censo Escolar 2012**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/29690/mec-divulga-dados-do-censo-escolar-2012/>. Acesso em: 06 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados do Censo Escolar 2011**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/29690/mec-divulga-dados-do-censo-escolar-2011/>. Acesso em: 06 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados do Censo Escolar 2010**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/29690/mec-divulga-dados-do-censo-escolar-2010/> . Acesso em: 06 out. 2010.

197

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20189&Itemid=811. Acesso em: 21 abr. 2014.

CAMARGO, Marco Braga, ANJOS, Isabel dos. O Monitoramento e a Avaliação e os Desafios da Gestão para a Melhoria dos Resultados Sociais. In: IV SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FORMAÇÃO ACADÊMICA E COMPROMISSO SOCIAL. Belo Horizonte, PUC-

MINAS, 2009. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/proex/arquivos/criancaesperancamonitora.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CONGRESSO TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Dados sobre a educação em Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/minas-gerais/>. Acesso em: 19 set. 2013.

FERNANDES, Gislaine Hosana Araújo; MESQUITA, Shirley. (n.d).

Evasão Escolar: um estudo pra além dos muros escolares. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal da Paraíba, UAB. Paraíba. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/evasao_escolar_um_estudo_para_alam_dos_muros_escolares._1343226115.pdf. Acesso em: 21 abr. 2014.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E AMPARO DE PESQUISA.

Indicadores para o Monitoramento de Programas e Projeto.

Programa de Desenvolvimento Gerencial e Educação Continuada. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Poi%C3%ADticas_Publicas/INDICADORES_PARA_MONITORAMENTO_DE_PROGRAMAS_E_PROJETOS.pdf. Acesso em: 12 abr. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.**

6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

198

JANUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública:** v. 36, n.1, p.51-72, jan. /fev. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6427>. Acesso em: 14 abr. 2014.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES:UAB, 2009.

KAIANO, Jorge. CALDAS, Eduardo de Lima. Indicadores para o Diálogo. (2002). **GT Indicadores.** N. 8. São Paulo. (Texto de apoio à Oficina 2. Série Indicadores). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/servidores/processo-seletivo-simplificado-pss-2008/arquivosold/conteudo-especifico/avaliacao-e-gestao-da-informacao/Indicadores%20para%20o%20Dialogo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. Desigualdade e indicadores sociais no Brasil. In: Schwartzman, Luisa Farah; Schwartzman, Isabel Farah; Schwartzman, Felipe Farah; Schwartzman, Michel Lent. (Orgs.). **O Sociólogo e as Políticas**

Públicas: Ensaios em Homenagem a Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.97-116.

MANINI, Mirian. Os usos da iconografia no ensino e na pesquisa: o acervo multimeios do arquivo Edgar Leuenroth. **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **3º Relatório de Monitoramento do REM**. Disponível em: http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/publicacoes/reinventado_ensino_Medio_WEB.pdf. Acesso em 10 nov. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Reinventando o Ensino Médio**. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2013/Julho/17-07-13_-_reinventado_ensino_Medio_WEB.pdf. 17 jul. 2013. Acesso em 10 nov. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de Orientações do REM**, v. 1 e 2, 2012-2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução 2.742 de 22 de janeiro de 2015. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG)**, Belo Horizonte, 23 jan.2015. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2742-15-r.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

NERI, Marcelo. **Motivos da Evasão Escolar**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>. Acesso em: 12 set. 2013.

OLIVEIRA, Terezinha. NUNES, Meire Aparecida Lôde. Análise iconográfica: um caminho metodológico de pesquisa em história da educação. **Revista Contrapontos – (Versão Eletrônica)**, v. 10, n. 3, p. 307-313, 2010.

PINHO, José Antonio Gomes de. SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

PMBOK. **Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos** - Guia PMBOK. 3. ed.. PENNSYLVANNIA/ EUA: Project Management Institute, 2004.

PZREWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. (Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. In: GOIAS. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf> . Acesso em: 01 abr. 2014. Acesso em: 7 maio 2015.

SANTOS, Siley de Souza Ieque dos. **Ensino Médio**: debate atual sobre o abandono e evasão escolar. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2012.

200

SÃO PAULO. Programa de Desenvolvimento Gerencial. Educação Continuada. **Indicadores para o monitoramento de Programas e Projetos**. São Paulo: FUNDAÇÃO, 2006. (Apostila). Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Poi%C3%ADticas_Publicas/INDICADORES_PARA_MONITORAMENTO_DE_PROGRAMAS_E_PROJETOS.pdf. Acesso em: 14 abr. 2014.

SÃO PAULO. **O uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas de Planos de Educação / Ação Educativa**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2013. (Coleção de Olho nos Planos).

SOARES, Tufi Machado *et al.* **Determinantes do abandono do ensino médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais**. Relatório de Pesquisa sobre abandono escolar. Fase quantitativa. Linha de pesquisa 2. Juiz de Fora: CAED, 2010.

TENORIO, Robinson Moreira; SCHMITZ, Heike; ALMEIDA, Samanta Nunes de. Limites e possibilidades do uso de sistemas de avaliação e seus indicadores para a gestão da educação básica com qualidade social: o projeto PROAGE. **Estudos IAT**, Salvador, v.2, n.1, p.152-170, jan./jun., 2012. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov>.

br/index.php/estudosiat/article/viewFile/43/75. Acesso em: 20 abr. 2014.

ZIBAS, Dagmar M. L. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. **Educ. Soc. [online]**. v.26, n.92, p. 10671086, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a16.pdf>. Acesso em: 31 ago.2013.

Recebido: 18/11/2016

Aprovado: 23/01/2017